



# MIGRAÇÃO

## ★ DIREITO HUMANO

rompendo o vínculo com o  
trabalho escravo

Projeto Escravo, nem pensar! no município de São Paulo - 2016

# EXPEDIENTE

## Repórter Brasil - Organização de Comunicação e Projetos Sociais

PRESIDENTE: Leonardo Sakamoto

DIRETORIA: Claudia Carmello Cruz (Primeira-Secretária), Iberê Francisco Thenório (Comunicação), Paula Monteiro Takada (Projetos Sociais), Maurício Eraclito Monteiro Filho (Pedagogia), Rodrigo Pelegrini Ratier (Marketing)

CONSELHO FISCAL: Beatriz Costa Barbosa, Luiz Guilherme Barreiros Bueno da Silva e Spensy Kmitta Pimentel

COORDENADORES DE PROGRAMAS: Ana Aranha (Agência de Notícias), Marcel Gomes (Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis), Natália Suzuki (Escravo, nem pensar!)

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO: Fabiana Garcia (coordenadora), Juliana Furhmann (assistente financeira) e Marília Ramos (assistente administrativa)

## Equipe do programa Escravo, nem pensar!

Natália Suzuki (coordenadora), Thiago Casteli (assessor de projeto) e Rodrigo Teruel (assistente de projeto).

## MIGRAÇÃO como Direito Humano: Rompendo o vínculo com o trabalho escravo

TEXTO: Equipe do programa Escravo, nem pensar!

EDIÇÃO: Natália Suzuki

ILUSTRAÇÃO, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Marcela Weigert

FOTOS: Divulgação das escolas participantes do projeto

TIRAGEM: 3 mil unidades IMPRESSÃO: Rettec

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - MARÇO DE 2018

Todo conteúdo da Repórter Brasil pode ser copiado e distribuído, desde que citada a fonte - Copyleft - Licença - Creative Commons 2.0

REALIZAÇÃO DO PROJETO: Repórter Brasil e Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

APOIO: Ministério Público do Trabalho

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

Repórter Brasil

Migração como direito humano: rompendo o vínculo com o trabalho escravo / Natália Suzuki (org.); Equipe 'Escravo, nem pensar'. - São Paulo, 2018. 34 p.: 25 x 17,5 il.

ISBN 978-85-61252-31-1

1. Educação. 2. Direitos Humanos. 3. Migração

I. Título.

CDD 371.12

### Índice para o catálogo sistemático:

---

1. Educação : Direitos Humanos : Migração 371.12



# MIGRAÇÃO

## DIREITO HUMANO

rompendo o vínculo com o  
Trabalho escravo

Projeto Escravo, nem pensar! no município de São Paulo - 2016

Março de 2018



## **SOBRE O ENP!**

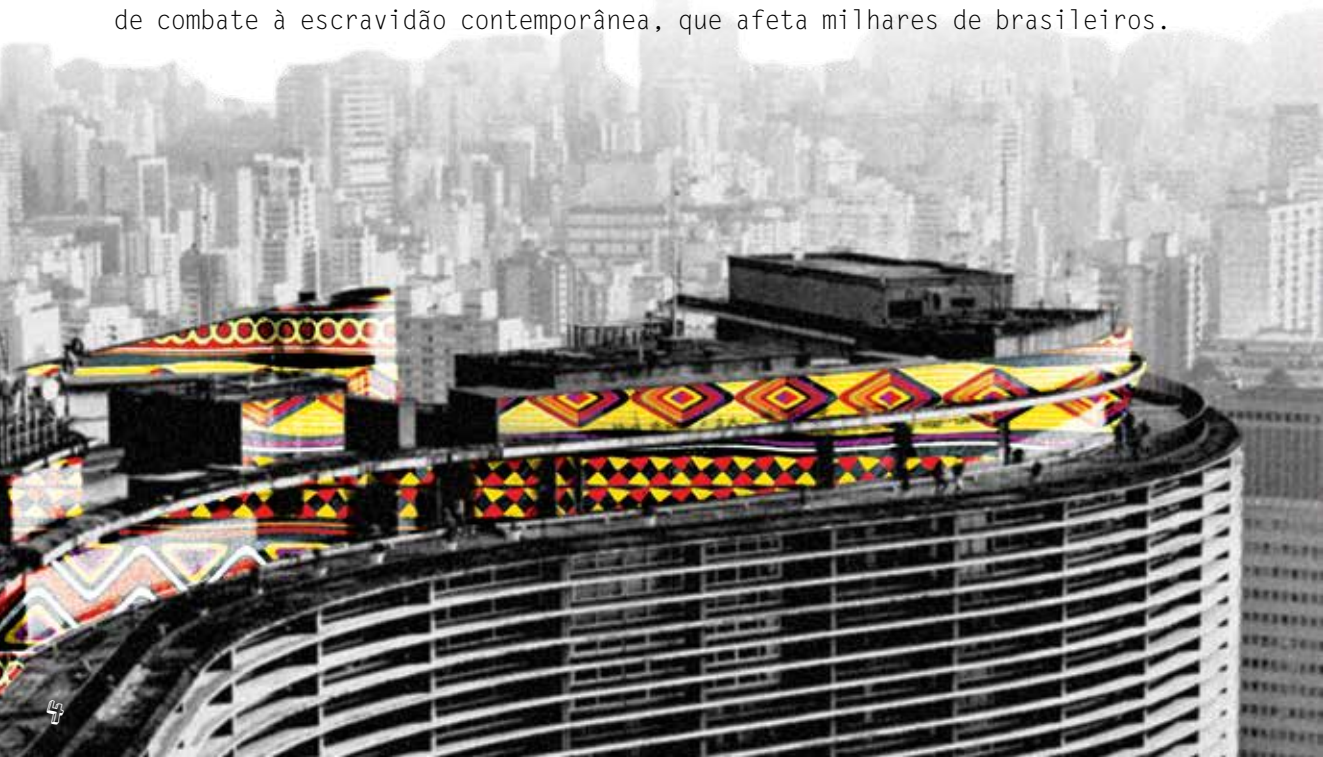
[www.escravonempensar.org.br](http://www.escravonempensar.org.br)

Coordenado pela Repórter Brasil\*, o Escravo, nem pensar! (ENP!) é o primeiro programa educacional de prevenção ao trabalho escravo a agir em âmbito nacional. Desde 2004, tem realizado atividades em comunidades vulneráveis socioeconomicamente, suscetíveis a violações de direitos humanos como o trabalho escravo e o tráfico de pessoas. Suas ações de formações de prevenção já alcançaram mais de 250 municípios em dez estados brasileiros e beneficiaram mais de 700 mil pessoas. O programa foi incluído nominalmente na segunda edição do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e consta como meta ou ação de planos estaduais, como os da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Tocantins.

## **\*SOBRE A REPÓRTER BRASIL**

[www.reporterbrasil.org.br](http://www.reporterbrasil.org.br)

A Repórter Brasil, fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores, é reconhecida como uma das principais fontes de informação sobre trabalho escravo no país. O seu objetivo é estimular a reflexão e a ação sobre as violações aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores do campo no Brasil. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias têm sido usadas como instrumentos por lideranças do poder público, da sociedade civil e do setor empresarial em iniciativas de combate à escravidão contemporânea, que afeta milhares de brasileiros.





# APRESENTAÇÃO

## Quem não é migrante?

“A gente não cuida daquilo que desconhecemos”. Ouvi isso, certa vez, de uma educadora enquanto fazíamos uma visitação ao centro de São Paulo. Ela se referia ao fato de muitos edifícios antigos estarem se deteriorando por não receberem nenhuma atenção, já que a maior parte das pessoas desconhecia o seu valor histórico.

Essa mesma frase recorrentemente me vem à mente quando tomo conhecimento da dura realidade que muitos migrantes enfrentam em São Paulo. A despeito de a cidade ser conhecida por ser ponto de atração para pessoas que provêm de outras regiões brasileiras ou dos mais variados países, não raro, um tratamento indigno tem sido dispensado a essas pessoas ou, então, a sua condição é simplesmente ignorada.

Hoje, novos fluxos migratórios se agregam a outros antigos, ampliando e diversificando comunidades já consolidadas. Essas dinâmicas inéditas se colocam como desafio para a gestão pública e para a sociedade autóctone.

Ainda que a chegada e a permanência de migrantes em seu local de destino sejam garantidas, isso não é suficiente para a consolidação da vida dessas pessoas. Há outros aspectos que devem ser contemplados por meio do acesso a direitos, como o trabalho decente e a educação. E, para que essas coisas sejam efetivadas, é necessário **conhecer** os indivíduos e as suas realidades.

O Estado deve saber da demanda colocada pelos migrantes para que a política pública os alcance e os atenda. Por parte da sociedade local, o acolhimento deles passa pela percepção de que a migração está sempre presente em nossas famílias, dentro de nossos lares. Essa reflexão deve fazer com que o relacionamento com a alteridade seja orientada por movimentos de solidariedade - em vez de caridade - e fundamentada pela concepção de co-cidadania. Afinal, somos todos migrantes.

Nas próximas páginas, trazemos um pouco dessa perspectiva, que orientou o projeto desenvolvido pelo programa Escravo, nem pensar!, em parceria com o Núcleo Étnico-Racial da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, e implementado com escolas da rede municipal de ensino durante o ano de 2016. A iniciativa contou com o apoio do Ministério Público do Trabalho.



Boa leitura!

**Natália Suzuki**

Coordenadora do programa Escravo, nem pensar!

ONG Repórter Brasil





# SUMÁRIO

1. Migração em São Paulo .....	8
Trabalho e migração .....	9
Trabalho Escravo .....	9
Política Migratória .....	12
2. Migração nas escolas .....	14
Dados de alunos da rede municipal de São Paulo .....	17
3. Projeto Escravo, nem pensar.....	18
Ficha técnica .....	19
4. Conquistas .....	22
5. Experiências educacionais .....	25
I. Convivência com a diversidade.....	26
II. O migrante mora em minha casa.....	27
III. Haiti é em Perus .....	28
IV. Olhares sobre a realidade .....	29
V. Vínculo de confiança entre escola e comunidade.....	30
VI. Valorização da multiculturalidade.....	31
VII. Aprendizagens entre alunos.....	32
VIII. Direito ao trabalho decente .....	33

## Glossário

**CAMI:** Centro Apoio e Pastoral ao Migrante

**CEI:** Centro de Educação Infantil

**CEU:** Centro Educacional Unificado

**CIEJA:** Centro de Integração de Educação de Jovens e Adultos

**DPU:** Defensoria Pública da União

**EMEI:** Escola Municipal de Educação Infantil

**EMEF:** Escola Municipal de Ensino Fundamental

**ENP!:** Escravo, nem pensar!

**MPT:** Ministério Público do Trabalho





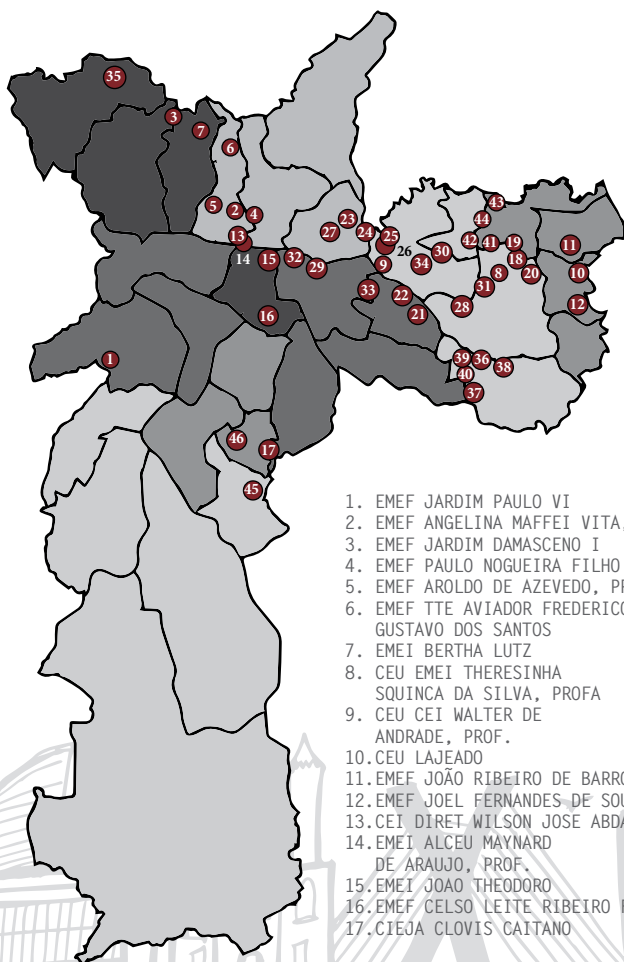


# MIGRAÇÃO

## em São Paulo

Historicamente, a cidade de São Paulo é um local de atração no contexto das dinâmicas migratórias internas. Hoje, ela também se consolida como ponto de destino de fluxos internacionais mais recentes.

Apesar de, há algumas décadas, comunidades de bolivianos, peruanos e paraguaios já serem consolidadas por aqui, elas continuam sendo expressivas e se ampliando em várias regiões do município, principalmente nas centrais e periféricas das zonas leste e norte. Esses migrantes vêm ao Brasil em busca de oportunidades de trabalho. Merecem ainda atenção os haitianos, que deixaram seu país por causa da situação social e política, principalmente após o terremoto que destruiu o país em 2010. Sírios e cidadãos africanos têm buscado acolhida por causa de perseguições, guerras ou conflitos em seus países.



1. EMEF JARDIM PAULO VI
2. EMEF ANGELINA MAFFEI VITA, DA.
3. EMEF JARDIM DAMASCENO I
4. EMEF PAULO NOGUEIRA FILHO
5. EMEF AROLDI DE AZEVEDO, PROF.
6. EMEF TTE AVIADOR FREDERICO GUSTAVO DOS SANTOS
7. EMEI BERTHA LUTZ
8. CEU EMEI THERESINHA SQUINCA DA SILVA, PROFA
9. CEU CEI WALTER DE ANDRADE, PROF.
10. CEU LAJEADO
11. EMEF JOÃO RIBEIRO DE BARROS
12. EMEF JOEL FERNANDES DE SOUZA
13. CEI DIRET WILSON JOSE ABDALLA
14. EMEI ALCEU MAYNARD DE ARAUJO, PROF.
15. EMEI JOAO THEODORO
16. EMEF CELSO LEITE RIBEIRO FILHO
17. CIEJA CLOVIS CAITANO

18. MIQUELAZZO - IPIRANGA
18. EMEI CIDADE A E CARVALHO
19. EMEF PROF. ANTONIO DUARTE DE ALMEIDA
20. EMEF ARTUR NEIVA
21. EMEF FRANCISCO ALVES MENDES FILHO - CHICO MENDES
22. EMEF GUIMARAES ROSA
23. EMEF ALMIRANTE TAMANDARE
24. ESCOLA MUNICIPAL JOÃO DOMINGUES SAMPAIO
25. EMEF PAULO CARNEIRO THOMAZ ALVES, GAL.
26. EMEI EDALZIR SAMPAIO LIPORONI, PROFA.
27. EMEF HELENA LOMBARDI BRAGA, PROFA.
28. CEI JARDIM HERCILIA
29. EMEI ELDY POLI BIFONE, PROFA.
30. EMEF CECILIA MEIRELES
31. EMEI JOAO MENDONCA FALCAO
32. EMEF HENRIQUE, INFANTE D.
33. EMEF JACKSON DE FIGUEIREDO
34. EMEF EDGARD CAVALHEIRO
35. CIEJA PERUS I
36. CEU EMEF MARIA LISBOA
37. EMEF FORTE DOS REIS MAGOS
38. EMEF JARDIM DAS LARANJEIRAS
39. EMEF PARQUE BOA ESPERANÇA II
40. EMEF VIRGINIA LORISA ZEITOUNIAN CAMARGO, PROFA
41. EMEF RAUL PILLA
42. BIBLIOTECA CEU PARQUE SÃO CARLOS
43. EMEF MILTON PEREIRA COSTA
44. EMEI ALDO GIANNINI ENG.
45. EMEF ANTONIO DE SAMPAIO DORIA, PROF.
46. EMEF BERNARDO O HIGGINS

# 1. TRABALHO E MIGRAÇÃO

A migração raramente é uma empreitada simples. Além do desafio de se habituar a um local com outras referências culturais, a situação pode se tornar mais difícil, se a pessoa estiver em situação irregular de migração, porque se tornam mais suscetíveis a violações de direitos humanos. Uma vez que muitos se encontram em condição de clandestinidade, eles tendem a não reivindicar seus direitos e muito menos denunciar casos de abuso por temerem represálias por parte das autoridades migratórias. Ademais, sem a sua documentação formalizada, o migrante terá dificuldade de acessar os serviços básicos, como saúde, educação, assistência social e moradia, e enfrentará situações de trabalho informal.

O trabalho é uma dimensão central para indivíduos que decidem migrar, porque é a origem da subsistência, sendo, portanto, relevante para o planejamento e a reestruturação de suas vidas no novo destino. Por esse motivo, situações de precariedade ou exploração nas relações de trabalhistas, - como as de **trabalho escravo** -, tornam as condições de vida mais frágeis e piores. A garantia dos direitos trabalhistas é, portanto, fundamental para a manutenção da cidadania.

## Trabalho Escravo

No Brasil, o trabalho escravo é definido pelo Artigo 149 do Código Penal:

Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena- reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º. Nas mesmas penas incorre quem:

- I- cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;
- II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º. A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

- I - contra a criança ou adolescente;
- II - por motivo de preconceito de raça, cor etnia, religião ou origem.



*“Eu temia aquele impacto de trazer uma temática [do trabalho escravo] que tivesse diretamente ligada a eles [alunos migrantes] e, de certa maneira, acirrar aquela sensação de não pertencimento.”*

ROSÂNGELA AUGUSTA, PROFESSORA DE HISTÓRIA DO CEU LAJEADO

*“Ah, seu pai é escravo!  
O pai dele não é escravo,  
o trabalho que é escravo.”*

CARLA AGUILAR, ASSISTENTE SOCIAL DO CAMI

*“Eu achei interessante conhecer o lugar onde existiam pessoas que foram escravizadas. Já falei para os meus pais. Eles acharam interessante o projeto, gostaram muito.”*

YAMELIN LARICO, ALUNA DA  
EMEF INFANTE DOM HENRIQUE

O trabalho escravo não é caracterizado somente por infrações trabalhistas. Ele é um crime contra a dignidade humana. A constatação de qualquer um dos quatro elementos, descritos a seguir, é suficiente para configurar a exploração de trabalho escravo:

### ⊙ Trabalho forçado

O indivíduo é obrigado a se submeter a condições de trabalho em que é explorado, sem possibilidade de deixar o local seja por causa de dívidas, seja por ameaça e violências física ou psicológica. Em alguns casos, o trabalhador se encontra em local de difícil acesso, isolado geograficamente.

### ⊙ Jornada exaustiva

Expediente desgastante que vai além de horas extras e coloca em risco a integridade física do trabalhador, já que o intervalo entre as jornadas é insuficiente para a reposição de energia. Há casos em que o descanso semanal não é respeitado. Assim, o trabalhador também fica impedido de manter vida social e familiar.

### ⊙ Servidão por dívida

Fabricação de dívidas ilegais referentes a gastos com transporte, alimentação, aluguel e ferramentas de trabalho. Esses itens são cobrados de forma abusiva e descontados do salário do



trabalhador, que permanece cerceado por uma dívida fraudulenta. Em muitos casos, todo o salário do trabalhador é simplesmente retido, assim como os seus documentos pessoais.

### © *Condições degradantes*

Um conjunto de elementos irregulares que caracterizam a precariedade do trabalho e das condições de vida sob a qual o trabalhador é submetido, atentando contra a sua dignidade. Alojamento precário, péssima alimentação, falta de assistência médica, ausência de saneamento básico e água potável, maus tratos são alguns desses elementos.

*“Havia já a discussão da migração aqui, é um programa da escola. E quando veio o [tema do] trabalho escravo (...), mostra-se outra vulnerabilidade, gera espaço para discussão mais ampla que atende a todo mundo: a questão do trabalho, da desumanização.”*

CÉSAR LUÍS SAMPAIO, PROFESSOR RESPONSÁVEL PELA SALA DE INFORMÁTICA DA EMEF INFANTE DOM HENRIQUE

*“Boa parte dos alunos concordava com a submissão desses trabalhadores à escravidão.”*

ROSELY HONÓRIO, PROFESSORA DE HISTÓRIA DA EMEF INFANTE DOM HENRIQUE

*“Apenas a repressão não é suficiente para superar esse tipo de problema. Ele precisa ser enfrentado em várias áreas, em vários momentos. Então, esse trabalho de prevenção, de conscientização das crianças, dos professores, da sociedade no geral, é essencial para que ele seja superado.”*

CHRISTIANE NOGUEIRA, PROCURADORA DO TRABALHO DO MPT



## II. POLÍTICA MIGRATÓRIA

A Lei da Migração, sancionada em 2017, substituiu o Estatuto do Estrangeiro, marco normativo da política migratória brasileira, até então vigente desde 1980. Inicialmente, havia a expectativa de que os novos dispositivos fossem orientados por princípios de direitos humanos, trazendo avanços em relação à legislação anterior, mas o decreto, assinado pelo presidente Michel Temer, mantém aspectos conservadores e enfatiza a discriminação de migrantes pobres e de baixa qualificação profissional. O texto da lei se encontra em [goo.gl/tEvH9Y](http://goo.gl/tEvH9Y).

*“O que ficou bem marcado [na formação do ENP!] foram dois termos que a gente usa: “está ilegal” e “em situação ilegal”. Isso não é bacana. O que é [na verdade] uma situação irregular documental. A pessoa nunca é ilegal.”*

ANA LÚCIA MATOS, COORDENADORA PEDAGÓGICA DO  
CEU MARIA LISBOA DA SILVA

*“[Os migrantes] por estarem sem documento, eles pensam que estão [aqui] ilegalmente, que vão ser presos quando fugirem [das oficinas].”*

TATIANE DA SILVA MATOS, ALUNA DO CEU MARIA  
LISBOA DA SILVA

Em São Paulo, desde 2016, existe a Política Municipal para a População Imigrante. Ela se orienta por uma perspectiva de acolhimento humanitário ao estabelecer **políticas** à proteção e à ampliação do acesso a direitos de migrantes, o que inclui medidas para a promoção do trabalho decente e ingresso na rede pública de educação por parte desse público. O texto pode ser acessado em [goo.gl/BRJqTT](http://goo.gl/BRJqTT). Em relação à educação, há também orientações para a garantia do serviço aos migrantes e o acolhimento dessa população nas instituições de ensino da rede municipal. (Veja mais na próxima seção).

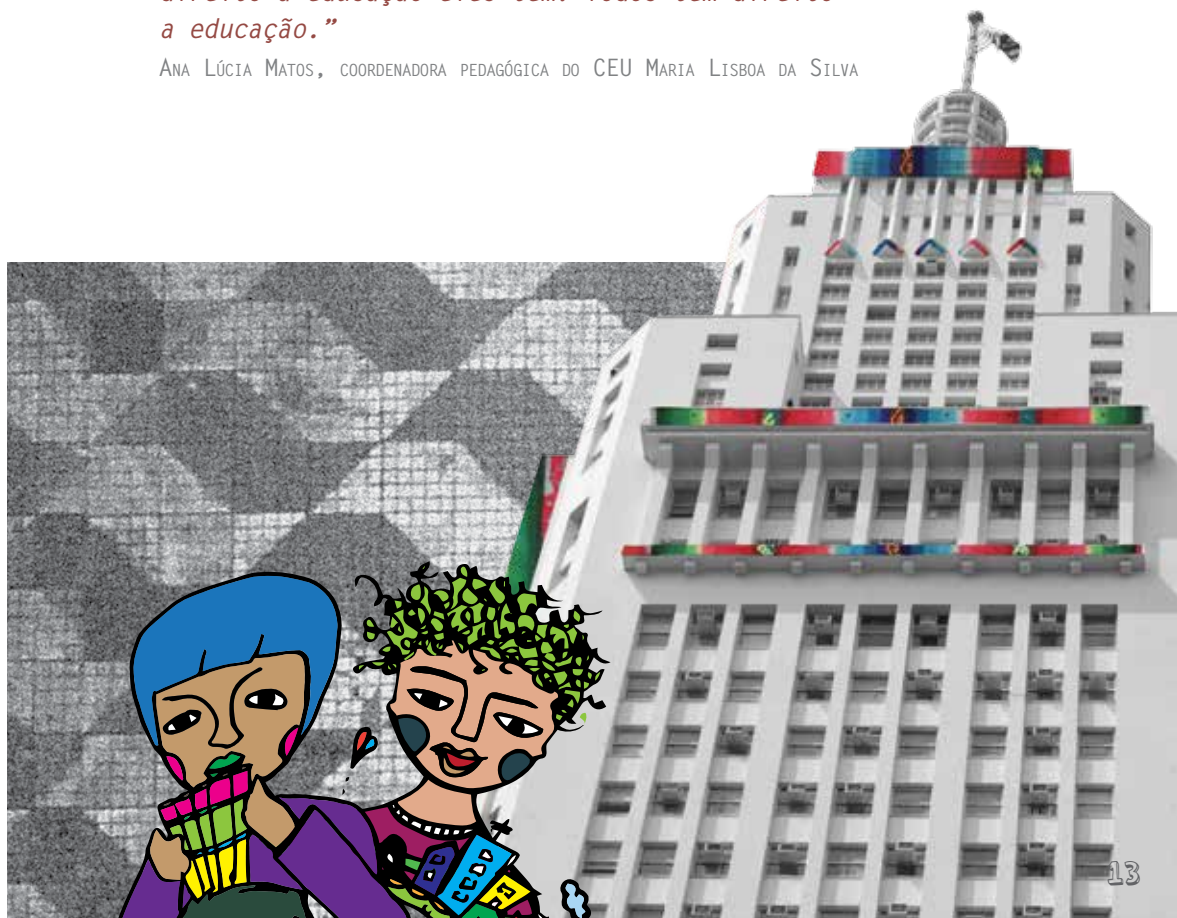
Algumas das **POLÍTICAS** adotadas para proteção do migrante em São Paulo:

- Criação de manutenção do Centro de Referência e Atendimento para Imigrante (CRAI) que presta apoio e orientações gerais para imigrantes e refugiados.
- Criação e manutenção de quatro centros de acolhimento para imigrantes e refugiados.
- Formações para agentes públicos sobre o tema.
- Acordos de bancarização com a Caixa Econômica e o Banco do Brasil para facilitar a abertura de contas bancárias para esta população.
- A inclusão de grupos de imigrantes em projetos de Economia Solidária.
- Apoio público a manifestações culturais e de lazer das diferentes comunidades.



*“Aumentou muito o número de alunos migrantes na rede municipal, na região, eles vêm em busca de moradia, estão concentrando nas periferias e os alunos vêm para as escolas. Porque o direito à educação eles têm. Todos têm direito a educação.”*

ANA LÚCIA MATOS, COORDENADORA PEDAGÓGICA DO CEU MARIA LISBOA DA SILVA







# MIGRAÇÃO nas escolas

A educação é também um dos aspectos fundamentais na vida dos migrantes. Aqueles que chegam aqui acompanhados de suas famílias buscam o acesso a esse serviço para matricular seus filhos. E, mesmo os adultos também procuram nas escolas da rede pública uma forma de aprimorar a língua portuguesa, ampliar a sua qualificação ou estabelecer laços sociais.

A presença de alunos migrantes ou descendentes é uma realidade cada vez mais frequente em escolas de São Paulo, principalmente aquelas de bairros das zonas leste e norte, mas também as da região central. Há instituições em que mais da metade de suas matrículas são ocupadas por migrantes ou por seus filhos. Há, portanto, uma demanda para que a rede de ensino dê conta das especificidades que esse contexto traz. Os profissionais, por exemplo, precisam lidar com a comunicação multilíngue em uma sala de aula ou com questões que envolvem desde restrições alimentares a crenças religiosas dos alunos.

Desde 2014, há uma **portaria** que estabelece o recebimento irrestrito de migrantes em escolas públicas municipais. Isso significa que, mesmo sem documentos de identificação ou de equivalência escolar do país de origem, um aluno pode se matricular. Não há problemas também se a sua situação migratória ou a de seus pais estiver irregular.



## Portaria 6837/14 - SME

**Art. 29 - O aluno estrangeiro terá assegurado o direito à matrícula e continuidade de estudos na Rede Municipal de Ensino, sem qualquer discriminação e independentemente de sua situação legal no país.**

**Art. 32 - Para os educandos que não possuírem o Registro Nacional de Estrangeiro - RNE, caberá à Escola: I - contribuir para esclarecer e orientar, quando solicitado pelas famílias, quanto aos procedimentos para regularização e garantia de seus direitos no país; II - fornecer-lhes a documentação necessária, no caso de transferência, assegurando-lhes a continuidade de estudos.**

A portaria na íntegra se encontra disponível em:  
<https://goo.gl/f9EPPX>

*“O que eles [haitianos] contam é que foram a várias escolas, e que eles não passaram da secretaria.”*

CRISTIANE FIALHO, PROFESSORA DE PORTUGUÊS DO CIEJA PERUS I



Contudo, o ingresso na escola não garante que o aluno migrante seja, de fato, acolhido. Muitos, especialmente os mais jovens, têm dificuldade de se integrar por causa da língua e das referências culturais, mas também por serem alvo de preconceito e de xenofobia.

*“No começo, eu era discriminado pra caramba. Eu ficava até no fundo da escola, no fundo da sala. A professora chamava a atenção e me deixava na frente [da sala].”*

RODNEY MAYCOL AJHUACHO, ALUNO DA EMEF PAULO NOGUEIRA

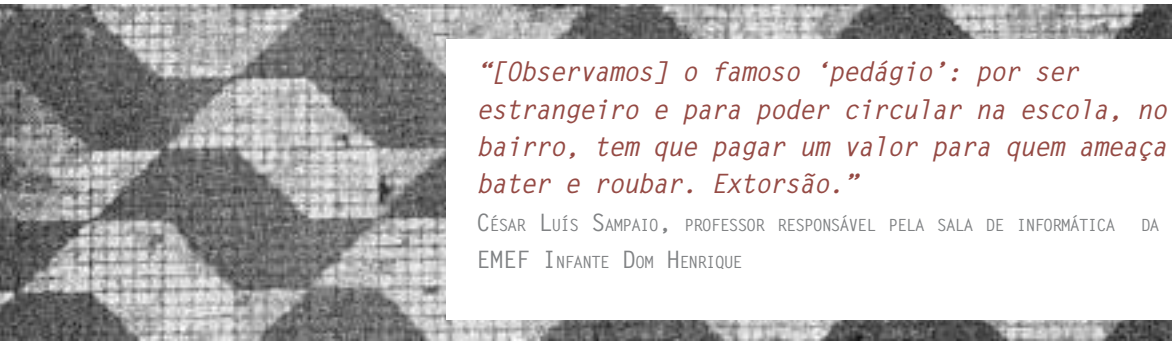
*“Eu já vi muitos ciclos de violência, física e verbal. E os alunos bolivianos se fechavam em grupos. Percebia que os alunos viviam em pequenos guetos.”*

BONIFÁCIO FEITOSA, PROFESSOR DE ARTES DA EMEF PAULO NOGUEIRA

*“[Outros alunos] me falavam: ‘Viu, sua porcalhona, você não tem nem dinheiro pra se sustentar’. Tudo isso que machucava meu coração. Então, meu pai não sabia como fazer, as professores também viam, mas não entendiam.”*

NAIELY CABALLERO, ALUNA DA EMEF ANTONIO DUARTE DE ALMEIDA






*“[Observamos] o famoso ‘pedágio’: por ser estrangeiro e para poder circular na escola, no bairro, tem que pagar um valor para quem ameaça bater e roubar. Extorsão.”*

CÉSAR LUÍS SAMPAIO, PROFESSOR RESPONSÁVEL PELA SALA DE INFORMÁTICA DA EMEF INFANTE DOM HENRIQUE

Diante disso, tem sido relevante estender o olhar para o modo de vida dos jovens para além dos limites da escola. As suas famílias podem estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que as tornam suscetíveis ao aliciamento e à exploração no trabalho, incluindo situações de trabalho escravo. Essa condição tem impactos decisivos para o desenvolvimento de crianças e jovens e para os níveis de aprendizagem.

Por outro lado, é também preciso desconstruir uma automática e falsa associação entre trabalho escravo e migração. São muitos os casos em que bolivianos são vistos todos como escravos. Essa percepção equivocada e preconceituosa impacta os jovens migrantes nas escolas, que acabam sendo estigmatizados.

Por isso, em 2016, o programa Escravo, nem pensar!, da ONG Repórter Brasil, e o Núcleo Étnico-Racial da Secretaria Municipal de Educação (SME) de São Paulo consideraram necessário realizar uma ação para disseminar os temas do direito à migração e da prevenção ao trabalho escravo nas escolas de São Paulo e nas comunidades que a circundam.



*“Tinha uma criança de cerca de 2 a 3 anos num CEI, que não se comunicava com os professores nem com os funcionários. Ela ficava fazendo um movimento repetitivo com a cabeça e com a mão. Os educadores pensaram que ela era autista. A direção da escola descobriu que a criança morava numa oficina, e que os movimentos que ela fazia imitavam o movimento da mãe na máquina de costura.”*

ADRIANA CARVALHO, ASSISTENTE TÉCNICA PEDAGÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ATÉ 2016







*“Soltaram fogos na região [da escola] e uma aluna se assustou muito e ficou embaixo da carteira. As demais crianças riram. A gente foi entender, falei com a família. Eles eram da Síria. Depois, trabalhamos esse assunto com os alunos, que passaram respeitar.”*

ULISSES VAKIRTZIS, DIRETOR DA EMEF GUIMARÃES ROSA

## Dados de alunos da rede municipal de SÃO PAULO

Número de alunos migrantes matriculados na rede municipal de Educação por nacionalidade

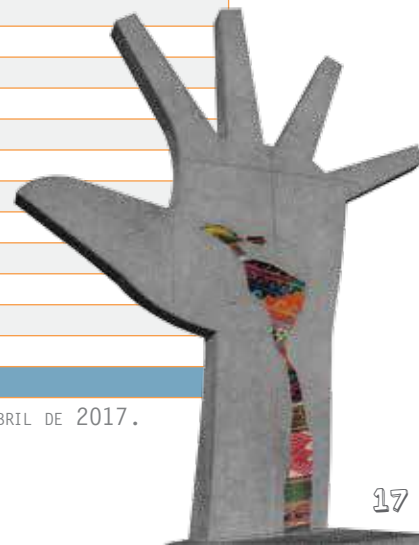
Posição	País de origem	Nº de alunos migrantes
1º	Bolívia	2.413
2º	Angola	613
3º	República do Haiti	360
4º	Japão	188
5º	Paraguai	156
6º	Peru	130
7º	Argentina	124
8º	Congo	102
9º	Colômbia	58
10º	Síria	47
11º ao 76		391
<b>Total</b>		<b>4.582</b>

FONTE: DADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABRIL DE 2017.

Número de alunos imigrantes matriculados na rede municipal de Educação por Diretoria Regional de Educação

Posição	Diretoria Regional de Educação	Nº de alunos migrantes
1º	Penha	1.149
2º	Jaçanã/Tremembé	991
3º	Freguesia do Ó/Brasilândia	448
4º	Ipiranga	409
5º	Itaquera	408
6º	São Miguel Paulista	244
7º	Pirituba/Jaraguá	243
8º	Guaianases	201
9º	São Mateus	165
10º	Campo Limpo	124
11º	Butantã	76
12º	Capela do Socorro	71
13º	Santo Amaro	53
<b>Total</b>		<b>4.582</b>

FONTE: DADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABRIL DE 2017.





# Projeto Escravo, NEM PENSAR!

O programa Escravo, nem pensar!, da ONG Repórter Brasil, e a Secretaria Municipal de Educação (SME), realizaram, em 2016, o projeto “Migração como direitos humanos: rompendo o vínculo com o trabalho escravo” para a disseminação dos temas do direito à migração e da prevenção ao trabalho escravo nas escolas de São Paulo e nas comunidades que a circundam.

O objetivo foi formar educadores da rede municipal sobre conteúdos relacionados a esses temas, para que estivessem preparados para desenvolver iniciativas pedagógicas sobre eles.

Ao mesmo tempo, era preciso estabelecer um diálogo mais próximo das comunidades migrantes com as escolas para que fosse possível compreendê-las melhor e identificar as demandas colocadas por elas.

A seguir, apresentamos a estrutura do projeto e, nas páginas 25 a 33, veremos como essa ação formativa ganhou diferentes formatos por meio do protagonismo e da criatividade da comunidade escolar e do envolvimento de sua vizinhança.

O projeto contou com o apoio do Ministério Público do Trabalho da 2ª Região.

*“Vocês trazem materiais concretos, vídeos, reportagens, subsídios que a gente precisa para trabalhar com essas pessoas [da comunidade escolar]. Não fica só no falar. Quando você traz um material para trabalhar com essa população migrante, é maravilhoso, porque é a demanda que a gente tem hoje.”*

MARIA DA CONCEIÇÃO FRANÇA, PROFESSORA DE MATEMÁTICA DA EMEF  
ANTONIO DUARTE DE ALMEIDA

*“Posso dizer que a partir do ENP!, fomos munidos de informações e materiais. E assim a gente ficou mais seguro a ponto de falar com os professores e começar um trabalho. Foi bem importante.”*

BONIFÁCIO FEITOSA, PROFESSOR DE  
ARTES DA EMEF PAULO NOGUEIRA



*“É importante a promoção de ações de educação em direitos para que as pessoas - educadores e alunos - trabalhem com esses temas[migração e trabalho escravo] de forma mais qualificada, sem reproduzir discursos de ódio, conhecendo os direitos das pessoas que integram esses grupos sociais específicos, como os migrantes e trabalhadoras/es em situação de trabalho forçado.”*

FABIANA SEVERO, DEFENSORA DA DPU DE SÃO PAULO

## FICHA TÉCNICA

### Objetivo geral

Promover a cultura da integração multiétnica e a defesa da ideia de trabalho decente no sistema de ensino municipal de São Paulo a partir de uma abordagem de educação em direitos humanos.

### Objetivos específicos

Sensibilizar e capacitar coordenadores pedagógicos e professores a fomentar e desenvolver projetos educativos relacionados ao direito à migração e à prevenção ao trabalho escravo contemporâneo em escolas municipais de São Paulo, onde há concentração de jovens migrantes e/ou descendentes de migrantes.

Mobilizar os profissionais da educação da rede municipal de São Paulo a assumir uma postura de acolhimento para que possam orientar e estimular os jovens a fazerem o mesmo, criando assim um ambiente formativo que fomente as práticas de direitos humanos no ensino.

### Público

Coordenadores pedagógicos e professores de escolas municipais, onde se concentra a maioria das matrículas

de migrantes e descendentes. Essas escolas são administradas pelas Diretorias Regionais de Educação da Secretaria Municipal de Educação do Butantã, Freguesia/Brasilândia, Jaconã/Tremembé, Ipiranga, Itaquera, Penha, Pirituba, São Mateus, São Miguel, Santo Amaro.

**Período:** Março a dezembro de 2016

**Local:** Município de São Paulo

### Metodologia

A metodologia deste projeto é dedicada à formação dos profissionais de educação (coordenadores pedagógicos e professores), para que se tornem agentes multiplicadores dos temas da migração e trabalho escravo da rede pública de ensino. O intuito é fazer com que esse conteúdo seja disseminado no sistema de educação municipal, alcançando outros educadores para, então, envolver os alunos. Os alunos, por sua vez, serão transformados em ponto focais em suas comunidades sobre os temas em questão. O organograma na próxima página ilustra esse processo.



# ORGANOGRAMA do PROJETO



SME SP  
Núcleo  
Étnico-Racial

13 DRES

ESCOLAS

ESCOLAS

ESCOLAS

ALUNOS E  
COMUNIDADES

A formação dos profissionais da educação foi realizada pela equipe do programa Escravo, nem pensar! em encontros presenciais, os quais aconteceram ao longo de 2016. Nessas ocasiões, estiveram presentes também representantes de entidades do poder público (Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública do Trabalho, Superintendência Regional do Trabalho etc.) e da sociedade civil, os quais compartilharam seu conhecimento técnico e as suas perspectivas institucionais a respeito do combate ao trabalho escravo no município de São Paulo.



FORMAÇÃO DO ESCRAVO, NEM PENSAR! PARA EDUCADORES DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO, MAIO DE 2016.







# CONQUISTAS



10 Diretorias Regionais de

EDUCAÇÃO

46

escolas







652 PROFESSORES

5.108  
Alunos

983

peçoas da  
comunidade  
extraescolar

6.743

PESSOAS  
ANUNCIADAS









# Experiências EDUCACIONAIS

Todas as escolas envolvidas no projeto Escravo, nem pensar! têm a questão da migração bastante presente em seus cotidianos. Assim, a necessidade de abordar essa temática era latente e urgente para educadores e alunos, com o intuito de ampliar a integração entre os jovens e evitar situações de preconceito e xenofobia. Nesse contexto, o tema do trabalho escravo surgiu como um aspecto igualmente pertinente na realidade escolar. Uma vez que muitos migrantes estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica e, por isso, as violações contra eles no âmbito do trabalho podem ser frequentes.

Assim, a partir dos subsídios teóricos, orientações pedagógicas e materiais didáticos providenciados pelo Escravo, nem pensar! ao longo dos encontros formativos, as escolas encontraram diferentes propostas de aprendizagem, adaptadas e contextualizadas às suas dinâmicas, para a abordagem dessas questões com alunos e educadores. Os resultados foram impressionantes!

A seguir, apresentamos algumas dessas experiências.





# 1 CONVIVÊNCIA COM A DIVERSIDADE

EMEF Paulo Nogueira, Casa Verde, Zona Norte

A escola criou um grupo de dança permanente para a organização de um espetáculo que valorizasse a cultura boliviana. A iniciativa foi criada a partir do diálogo com pais de alunos em reuniões organizadas pela escola e com o intuito de promover a integração de alunos brasileiros e de outros países. A atividade contou com a participação de pais migrantes, que foram responsáveis pela produção de roupas, ensaios e composição musical. Com a iniciativa, a escola foi considerada um modelo de convivência entre a comunidade escolar e os pais e, por isso, foi convidada por outras instituições para expor a sua experiência.

*“Metade dos alunos ou mais veio da Bolívia ou [são filhos] de pais que vieram da Bolívia.”*

IOLANDA CRUZ, DIRETORA DA  
EMEF PAULO NOGUEIRA



# II. O MIGRANTE MORA EM MINHA CASA

EMEF Infante Dom Henrique, Canindé, Zona Norte



A escola agregou o tema do trabalho escravo à abordagem que já fazia sobre as questões da migração e do multiculturalismo com as suas turmas. Com o projeto desenvolvido nas disciplinas de História e Informática, os educadores motivaram a percepção dos alunos sobre a presença do trabalho escravo e da migração na realidade local. A partir de pesquisas, os alunos constataram a existência de oficinas de costura, que foram flagradas com o problema, no bairro onde vivem e estudam. Os jovens também compreenderam que a migração é algo comum a todos eles - inclusive os brasileiros -, já que é um fenômeno sempre presente em suas famílias. O resultado foi o combate ao preconceito e a xenofobia e o estímulo ao protagonismo de alunos migrantes, que acabaram por criar um curso de espanhol para seus colegas brasileiros.

Uma das professoras responsáveis pelo projeto na escola, **Rosely Honório** ganhou o prêmio **“Educador Nota 10 - 2017”**, da Fundação Victor Civita, com outros nove educadores do país.

*“Eles [alunos imigrantes e descendentes] começaram a ter mais voz, aparecer, criar um conceito de autoestima muito maior, passaram a participar de projetos da escola, do grêmio, a perceber que a sua cultura é importante.”*

CÉSAR LUÍS SAMPAIO, PROFESSOR RESPONSÁVEL PELA SALA DE INFORMÁTICA DA EMEF INFANTE DOM HENRIQUE





# III HAITI É EM PERUS

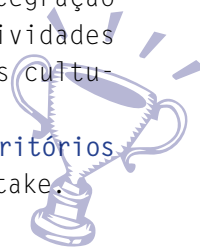
CIEJA Perus, Perus, Zona Norte

Para atender à demanda do público de haitianos adultos, a escola incluiu em seu currículo a alfabetização em português de um grupo de mais de 200 migrantes. Os educadores compreenderam que a clientela tinha, em geral, boa qualificação e formação, mas careciam do domínio da língua portuguesa para buscar postos de trabalho e melhorar a sua integração no país. O projeto também fomentou atividades extraescolares, como visitação a locais culturais do município e festividades.

A iniciativa ganhou o prêmio “Territórios Educativos 2017”, do Instituto Tomie Ohtake.

*“Na escola eu aprendi a falar e aprendi a pegar trem e ônibus também.”*

HONORÉ JANA, ALUNA DO CIEJA PERUS I



*“Agora, eles não são mais os imigrantes, os haitianos; eles são os alunos da rede municipal de São Paulo. E isso é muito importante.”*

JAIR DE ARAÚJO, COORDENADOR PEDAGÓGICO DO CIEJA PERUS I



# TV OLHARES SOBRE A REALIDADE

CEU Lajeado, Lajeado, Zona Leste

Os professores de História e de Artes criaram uma **peça teatral** para abordar os temas centrais da formação do ENP!: trabalho escravo, migração e tráfico de pessoas, os quais são muito pertinentes ao contexto em que se encontra o CEU. O bairro Lajeado está localizado na periferia da zona leste de São Paulo, onde há oficinas que empregam familiares de muitos alunos. Os educadores utilizaram o teatro para sensibilizá-los sobre essas questões, fazendo com que refletissem sobre a condição das vítimas e o trabalho de suas próprias famílias.

*“É uma semente. Você está plantando, você vai colher isso depois. E tem que ter um começo”.*

ROSÂNGELA AUGUSTA, PROFESSORA DE HISTÓRIA DO CEU LAJEADO



# V

## VÍNCULO DE CONFIANÇA ENTRE ESCOLA E COMUNIDADE

CEI Jardim Hercília, Vila Matilde, Zona Leste

Os educadores compreenderam que a abordagem sobre a migração deveria ser focada nos pais de alunos, já que o público do CEI contempla crianças pequenas de zero a 11 meses. Assim, organizaram **encontros com pais** para debater a saúde das suas crianças no ambiente de trabalho e moradia, além de questões sobre Direito e Segurança do Trabalho, gênero e violência doméstica. As reuniões contaram com a participação do Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (Cami). Esse diálogo somou-se a uma iniciativa anterior da escola: a elaboração de um jornal bilíngue (português e espanhol), o *Brincalendo*, para os pais.

*“Os efeitos [das reuniões] foram positivos, pois [os pais] tinham uma postura muito tímida e reservada em relação a nós. Isso melhorou muito, conseguimos estabelecer um vínculo de confiança e diálogo.”*

LILIAN CRISTINA OSSONA, DIRETORA DO CEI JARDIM HERCÍLIA





# VI VALORIZAÇÃO DA MULTICULTURALIDADE

EMEF Antonio Duarte de Almeida, Itaquera, Zona Leste



A escola trabalhou com os temas da formação a partir de duas ações. A primeira foi focada no ensino de disciplinas obrigatórias, como a História. Essa abordagem culminou na realização de um seminário por parte dos alunos, cuja temática principal era a relação entre migração e trabalho escravo. A outra atividade se iniciou com reuniões aos finais de semana dedicadas a mães migrantes. Nesses encontros, além de bolivianas, havia grande quantidade de angolanas e de mulheres de outros países africanos. Após a escuta delas, a escola organizou o **concurso “Turbantes, Crespo, Traçado e Cacheado”** para a valorização dos cabelos das alunas migrantes e brasileiras, que teve também a participação de meninas da comunidade extraescolar.

*“Escola é o ambiente onde os conflitos acontecem. Discriminações, racismo, as diferenças, as desigualdades acontecem mesmo.”*

MARIA DA CONCEIÇÃO DE FRANÇA, PROFESSORA DE MATEMÁTICA DA EMEF

ANTÔNIO DUARTE DE ALMEIDA





# VII APRENDIZAGENS ENTRE ALUNOS

CEU Maria Lisboa da Silva, São Mateus, Zona Leste

Os alunos foram protagonistas do projeto dessa escola por meio de um processo de aprendizagem que estimulou o intercâmbio de conhecimento entre alunos de séries e turmas variadas. Os jovens do Ensino Fundamental 2 foram responsáveis por organizar um seminário sobre o trabalho escravo e a migração para os seus colegas mais jovens do Ensino Fundamental 1. Os mais velhos também organizaram, com a coordenação da professora de Artes, um **espetáculo de dança**, cuja temática era o tráfico de pessoas, o qual foi apresentado a outras turmas do CEU.

*“A escola pode ser a porta de entrada para a gente conversar sobre o trabalho escravo”.*

ANA LÚCIA MATOS, COORDENADORA PEDAGÓGICA DO CEU MARIA LISBOA DA SILVA



# VIII. DIREITO AO TRABALHO DECENTE

**CIEJA** Cláris Caitano Miquelazzo, Ipiranga, Zona Sul

Durante duas semanas de 2016, todas as turmas da escola trabalharam o tema do trabalho em diversas disciplinas obrigatórias, e um dos aspectos enfatizados foi o trabalho escravo contemporâneo. Como resultado dos debates, o Cieja elaborou uma ambientação de uma oficina de costura clandestina no dia da Feira Cultural, um evento da escola aberto à comunidade, com o intuito de levar o público à reflexão sobre as condições de trabalho de migrantes nesse espaço. Na ocasião, foi distribuído um folder, produzido pelos próprios alunos, sobre a questão do trabalho.

*“Nós achamos bem interessante essa proposta [de abordar o tema do trabalho], que vem ao encontro da nossa clientela, que é a EJA [Educação de Jovens e Adultos], alunos trabalhadores”*

JOANA D'ARC PEREIRA DE SOUSA,  
COORDENADORA PEDAGÓGICA DO CIEJA CLÓVIS  
CAITANO MIQUELAZZO



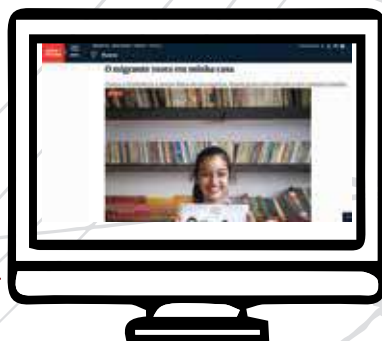


# EMP! NA MÍDIA

O projeto teve repercussão na mídia.

“O migrante mora em minha casa”

NOVA ESCOLA - NOVEMBRO DE 2017



“Contra xenofobia, adolescente ensina espanhol a colegas em escola pública”

O ESTADO DE S. PAULO - 2 DE JULHO DE 2017



“Projeto incentiva alunos de escola de São Paulo a buscarem suas origens”

O GLOBO - 25 DE SETEMBRO DE 2017

“Rosely combateu o preconceito dentro (e fora) da escola”

VEJA - 13 DE OUTUBRO DE 2017



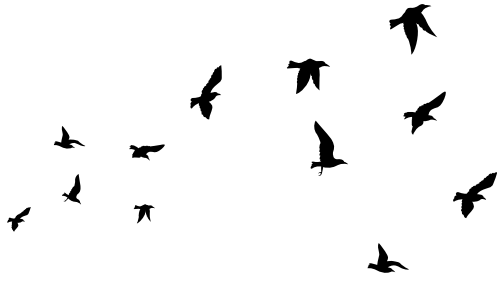
## AUDIOVISUAL

Como parte do projeto, o programa Escravo, nem pensar! elaborou o vídeo homônimo *Migração como Direito Humano: Rompendo o vínculo com o trabalho escravo.*

[HTTPS://YOUTU.BE/\\_26Wdm3XzCg](https://youtu.be/_26Wdm3XzCg)







A migração internacional não é somente conteúdo de disciplinas obrigatórias, como geografia e história, nas escolas de São Paulo; ela é uma realidade presente e concreta, já que, atualmente, crianças, jovens e adultos de diferentes nacionalidades estão matriculados na rede pública de ensino. Diante desse contexto, em 2016, o programa Escravo, nem pensar!, da ONG Repórter Brasil, em parceria com o Núcleo Étnico-Racial, da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, realizou o projeto *Migração como Direito Humano: Rompendo o vínculo com o trabalho escravo* com o objetivo de valorizar o ambiente multicultural e abordar o tema do trabalho escravo nas escolas.

Realização:

Apoio:

